



ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quarenta e minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência o senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Paulo Corrêa, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Justificativa de ausência do deputado Junior Mochi (CI nº 0123/2024), em razão de cumprimento de agenda externa. O deputado Professor Rinaldo se ausentará do país do dia 13 de dezembro ao dia 20 de dezembro do corrente ano, conforme CI nº 0092/2024. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados e público aqui presente! *"Ata da Centésima Décima Terceira Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul — Estado do Pantanal. Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e cinquenta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE - Lida e aprovada a Ata Cento e Trinta e Três da Centésima Décima Segunda Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 411/2024, do Poder Executivo; Ofício nº 1.766/2024, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Carta nº 1.117/2024, da Energisa Mato Grosso do Sul. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE - Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Paulo Duarte, Professor Rinaldo, Antonio Vaz, Zé Teixeira, Junior Mochi, Zeca do PT, Renato Câmara, Gleice Jane e Mara Caseiro. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Lia Nogueira, Neno Razuk e Caravina. GRANDE EXPEDIENTE - Usou da palavra o deputado João Henrique. ORDEM DO DIA - Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 234/2024, de autoria do Poder Executivo. Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Lei nº 233/2024, de autoria da Mesa Diretora. Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projetos de Lei Complementar nºs 15 e 17/2024, de autoria do Poder Executivo; Projetos de Lei nºs 273 e 274/2024, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 158/2024, de autoria do deputado Caravina; Projeto de Lei nº 238/2024, de autoria do Tribunal de Contas. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimentos de moções de pesar, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçadas aos familiares de João Francisco Chacarasqui e Maria Lucila Regis; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada ao instrutor Emerson Faria, do município de Deodópolis. O congratulando foi destaque na Convenção Internacional da renomada Dale Carnegie. Requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do estado de Mato Grosso do Sul, e ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de estado de Educação de Mato Grosso do Sul, pela conquista da 'Categoria Ouro do Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização 2024' do Ministério da Educação; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao senhor Eduardo Folley Coelho, diretor-presidente do Grupo Rio da Prata e Lagoa Misteriosa, localizado no município de Jardim, pela conquista do 'Prêmio Eco Amcham 2024 na Categoria - Produtos e Serviços', instituição que reconhece o que é feito de mais inovador no tema*



da sustentabilidade pelas empresas no Brasil; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao senhor Alexandrino Arévalo Garcia, prefeito do município de Aral Moreira, pela conquista do município na 'Categoria Ouro do Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização 2024' do Ministério da Educação; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada à senhora ministra de estado de Planejamento e Orçamento do Brasil, Simone Tebet, e ao senhor prefeito de Amambai, Ednaldo Bandeira, pela aprovação do 'Projeto Contorno Viário do Município de Amambai', com financiamento pelo Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem). Trata-se do primeiro projeto brasileiro a ser aprovado pelo Focem em doze anos. Requerimento de moção de apoio, de autoria do deputado Pedro Kemp, à pauta de reivindicações dos policiais penais; requerimento de informações, de autoria do deputado Zeca do PT. Indicações, de autoria dos deputados Jamilson Name, Pedro Kemp, Zé Teixeira, Zeca do PT, Antonio Vaz, Marcio Fernandes. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Usaram da palavra os deputados João Henrique e Gleice Jane. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, onze de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro". Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados e senhoras deputadas. Expediente da Sessão Ordinária de 12 de dezembro de 2024: Ofício nº 333/2024, do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, encaminhando Organização e Fiscalização de Fundação em Extinção; Ofício nº 72/2024, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, encaminhando projeto de lei para alteração da Lei Estadual nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011 (Prot. nº 4028/2024); Ofícios nºs 10.740 e 10.741/2024, da Caixa Econômica Federal, encaminhando Contratos de Repasse celebrados entre a Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos e a Caixa Econômica Federal (Prot. nº 4085, 4084/2024). Senhor presidente, foi lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Quero apresentar ainda no Pequeno Expediente o nosso Relatório Anual das Proposições, haja vista que esta é a última sessão legislativa do ano. Foram apresentados: 291 projetos de lei, sendo 133 aprovados, 31 rejeitados ou retirados de pauta, e 127 estão em tramitação. Projetos de resolução: 114 aprovados, sendo 109, 2 retirados de pauta ou rejeitados, e 3 em tramitação. Projetos de decreto legislativo: 8 apresentados, sendo 6 aprovados e 2 em tramitação. Projetos de lei complementar: 18 apresentados, sendo 15 aprovados e 3 em tramitação. Projetos de emenda complementar: 2 apresentados, sendo 1 aprovado e 1 em tramitação. Total de projetos neste ano de 2024: 433, sendo 264 aprovados, 33 rejeitados ou retirados de pauta e 136 em tramitação. Ainda, como proposições, nós tivemos: 2.179 indicações, 701 moções, 246 requerimentos e 340 emendas propostas. Total de 3.466 proposições. Ainda foram realizadas 137 sessões, 473 votações, 203 Diários Legislativos. Foram expedidos mais de 5 mil ofícios, sendo 4.897 pela primeira-secretaria e 1.500 pela presidência. Foram realizadas 17 audiências públicas, 22 seminários, 8 visitas oficiais e 14 visitas institucionais e de escola. Ressaltamos, conforme informação da Comunicação, que foram emitidos, aproximadamente, 72 mil votos durante o ano. Aqui ainda não consta, mas nós queremos melhorar nosso relatório, queremos apresentar também a quantidade de atendimentos que os deputados fazem em seus gabinetes a vereadores, prefeitos,



secretários, líderes comunitários, enfim. Pois bem. Feita a explanação dos trabalhos, vamos em frente. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Correa Riedel, governador do estado, com cópia ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de estado de Educação, solicitando a construção de uma escola para atender os bairros Jardim Aeroporto 1 e 2, no município de Aquidauana. Este pedido foi encaminhado diretamente ao meu gabinete pelo senhor Wagner Romero. Atualmente a região possui uma única escola estadual, no entanto, devido ao rápido crescimento da comunidade, a escola está enfrentando dificuldades para atender à demanda. Além disso, as escolas estaduais mais próximas ficam distantes, o que cria um grande obstáculo no que diz respeito à locomoção dos jovens e adultos da comunidade. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, com cópias autônomas ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Ednei Marcelo Miglioli, e ao diretor-presidente das Águas Guariroba, senhor Gabriel Buim Themis de Oliveira, solicitando a limpeza do bueiro localizado na rua Brasil, esquina com a rua Antonio Maria Coelho, bem como a nivelção asfáltica no local. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Não há mais oradores inscritos. Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: duas indicações (Prot. nºs 04092/2024, 4091/2024). De autoria do deputado Coronel David: duas moções de congratulação (Prot. nºs 04088/2024, 4087/2024). De autoria do deputado João Henrique: uma moção de pesar (Prot. nº 4072/2024). De autoria do deputado Caravina: um projeto de lei (Prot. nº 4086/2024). De autoria da deputada Lia Nogueira: oito indicações (Prot. nºs 4075/2024, 4076/2024, 4077/2024, 04078/2024, 04079/2024, 04080/2024, 4081/2024, 4082/2024); um requerimento (Prot. nº 04083/2024). De autoria do deputado Lidio Lopes: quatro indicações (Prot. nºs 4099/2024, 4098/2024, 4097/2024, 4093/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 4094/2024). De autoria do deputado Lucas de Lima: um projeto de lei (Prot. nº 4095/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: uma moção de aplauso (Prot. nº 4090/2024).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — sem revisão do orador — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas e público aqui presente. Eu quero aproveitar esta última sessão do ano para falar de um tema importante: a segurança pública. Ontem eu apresentei uma indicação sobre isso. Aqui na Casa há dois especialistas no assunto, o coronel David e o delegado Caravina. E o tema que trago é de interesse deles também. Deputado Coronel David, Vossa Excelência tem muitos anos de relevantes serviços prestados à segurança pública de Mato Grosso do Sul, já foi comandante da Polícia Militar, da Polícia Ambiental, e nós que somos servidores de carreira muitas vezes ficamos sem entender algumas coisas. Entra governo, sai governo, tanto estadual quanto federal, nós sempre falamos do problema relativo à segurança, e parece que não há solução. Mas eu quero dizer que existe solução. E a solução é "vontade política". Nós aprovamos aqui diversas leis relacionadas à segurança pública, inclusive haverá um concurso público para contratação de quatrocentos novos militares, homens e mulheres. Agora, uma situação persiste. Eu sou de uma região de fronteira, sou de Corumbá, e confesso que não consigo entender por que não se resolvem certos problemas, mesmo aqueles que exigem medidas simples. No



Brasil, a população carcerária é muito grande. Agora, proporcionalmente, Mato Grosso do Sul ocupa o terceiro lugar entre os estados, no que tange à população carcerária. Isso contabilizado a cada 100 mil habitantes. Em Mato Grosso do Sul, há cerca de 23 mil pessoas presas, e 40% delas estão presas por cometimento de crimes ligados ao tráfico de drogas. E nosso estado acaba bancando o custo de mais de 2 mil reais por preso. As drogas não ficam aqui no estado, que faz fronteira com cinco estados e com dois países: o Paraguai e a Bolívia. Hoje há uma deficiência muito grande, Coronel David, na segurança pública. Eu estou falando da lotação de policiais, tanto militares quanto civis, em áreas de fronteira. Então, o governo do estado, com o apoio do governo federal, deveria criar um "adicional de fronteira" para policiais que trabalham em regiões efetivamente de fronteira, como Ponta Porã, Corumbá, Coronel Sapucaia, enfim. Isso não acontece. E, na verdade, este seria o início da solução definitiva para a falta de efetivo. E a solução passa pelo governo federal. A PEC da Segurança Pública está sendo discutida. Agora, por que o governo federal não auxilia a Segurança com recursos para o pagamento desse adicional de fronteira?... Por exemplo, no caso da Marinha, o militar fica "louco" para ir trabalhar em Ladário. Por quê? Porque lá ele vai ter uma redução no seu tempo para aposentadoria, vai ter um adicional de fronteira... Ou seja, ele ganha mais para ficar naqueles locais. Isso acontece com as Forças Armadas, mas não acontece com as forças de segurança do estado. Então, toda vez que conversamos com o secretário de Segurança ou com o diretor-geral da Polícia Civil, apresentamos a mesma reclamação: a deficiência de contingente nas áreas de fronteira. E como começar a resolver isso? Pagando o adicional de fronteira. Deputado Coronel David, o senhor, que conhece muito bem o assunto, que é especialista, sabe do que estou falando. Essa situação não pode continuar assim. Se o governo federal investisse fortemente, ajudando, por exemplo, o governo do estado a pagar o adicional de fronteira, a situação ficaria bem melhor. O governo vai abrir o concurso, mas o militar já vai chegar "de costas" à cidade de fronteira. Na primeira oportunidade, ele pede para sair de lá. Se a esposa do militar passa em concurso para trabalhar em outro local, ele já pede para sair. Até porque em outro local ele vai ganhar a mesma coisa. Agora, se ele vier a receber um incentivo, a situação pode ficar diferente.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Um aparte?

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Com muita honra, deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Quero cumprimentar Vossa Excelência por abordar este assunto de extrema importância, relativo à segurança pública, abordando estratégias de policiamento, de fixação do homem no local. E Vossa Excelência tem razão. Eu fui comandante-geral da Polícia Militar, e muitas vezes sentia dificuldade em colocar policiais nas fronteiras, por conta do perigo e da falta de condições de moradia e de incentivo financeiro. E, na época, eu estive, deputado Paulo Duarte, com o então governador André Puccinelli, e lhe apresentei o pedido de abertura de concursos regionalizados, justamente para podermos dotar as regiões de fronteira de efetivo suficiente. E esse modelo durou até um tempo atrás. Já o último concurso da Polícia Militar não foi feito assim. Mas, em suma, é necessário, primeiramente, abrir concurso de forma regionalizada (eu já conversei sobre isso com Vossa Excelência) e pagar o adicional de fronteira. Pondo em prática esses atrativos, teríamos a possibilidade de manter o profissional na região. A título de informação, a polícia de MS já fez a apreensão de 500 toneladas de drogas. O governador Eduardo Riedel, na última reunião de governadores com o governo federal, expôs a situação, disse que cerca de 40% dos presos aqui em MS são oriundos de outros estados e ligados diretamente ao tráfico internacional de drogas. E seria competência da União mantê-los em unidades prisionais



federais. O governador reclamou disso na reunião, até porque quem está pagando essa conta é Mato Grosso do Sul. Então, deputado Paulo Duarte, conte comigo. Eu, o senhor e o deputado Caravina poderíamos reforçar esses pedidos ao governo do estado. Parabéns!

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Obrigado. Presidente, quero pedir que esta indicação, que trata da abertura de concursos e do pagamento de adicional de fronteira, seja subscrita pelas duas autoridades aqui da Casa em segurança pública: o Coronel David e o delegado Caravina. Esses números que o governador apresentou em Brasília essa semana são reais. Ou seja, 40% da população carcerária de MS é de fora, vem de outros estados. E hoje nós estamos fazendo um trabalho que, na verdade, é de competência federal, como já foi dito. Cada preso custa cerca de 2 mil reais, e MS tem bancado essa conta. Parece que há interesses difusos, deputado Coronel David, nesse processo. Muitas tragédias acontecem. Vejam o caso Rio de Janeiro. Esta semana mesmo uma médica da Marinha foi morta por uma bala perdida. Agora, por onde entram armas e drogas? Entram pela Bolívia, pelo Paraguai, pelas fronteiras. E justamente nesses locais, o efetivo policial é menor. Parece que não querem resolver esse problema. No interior do estado e do país, delegados e comandantes de batalhão dependem muitas vezes da boa vontade do prefeito de plantão em ajudá-lo com convênio, com cedência de pessoal... Ora, não pode ser assim. Então, o governo do estado, sozinho, não consegue bancar tudo isso. Agora está sendo discutida a PEC da Segurança, o governador foi a Brasília, e eu não vejo ninguém falar dessa questão. Nada contra a Marinha, mas por que pagam incentivo para eles e não pagam para a segurança estadual?... Coronel David eu fui prefeito, sou amigo de almirantes que passaram por lá, que comandaram o 6º Distrito Naval de Ladário. O militar quer ir para lá. Por quê? Porque lá ele consegue ganhar mais e ainda se aposentar mais cedo. Ora, se o militar sai, por exemplo, do Rio de Janeiro e vem trabalhar na fronteira por dois ou três anos, ele se dá bem. Agora, parece que não querem resolver esse problema. Estão lá discutindo uma série de coisas nessa PEC, em nível federal, e não falam do nível estadual. Se não estruturarem as forças de segurança nas fronteiras, a tragédia vai continuar assim. As autoridades investem só onde já existe o problema, como por exemplo no Rio de Janeiro e em São Paulo. Mas por que não tentam mitigar o problema investindo fortemente em regiões de fronteira?... É preciso aumentar o efetivo. É fato que policiais já chegam às regiões de fronteira pedindo para voltar... Agora será aberto um concurso para contratação de quatrocentos novos policiais. Acontece que, daqui a um ano e meio, dois anos, nós estaremos aqui novamente falando da mesma coisa. Porque uma parte dos profissionais que vão para a fronteira não estarão mais lá. Como resolver isso? Com concurso regionalizado. Porque a pessoa já faz o concurso sabendo que terá de trabalhar naquela região a qual escolheu ao ver o edital. De quais cidades estou falando? Corumbá, Ladário, Coronel Sapucaia, Ponta Porã, Porto Murtinho. E é preciso pagar o adicional de fronteira aos profissionais que optam por trabalhar em tais locais, a fim de incentivá-los a lá permanecer. A solução é óbvia. Mas parece que não querem resolver o problema, por algum motivo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Um aparte?

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Pois não.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Quero cumprimentá-lo por abordar este tema. Eu, ao longo desses meus cinco mandatos, vi muitas discussões acerca dessa questão. O Brasil não produz drogas. Acontece que ele faz divisa com a Bolívia, grande produtora de cocaína, e com o Paraguai, grande produtor de maconha. Bom, as forças de segurança de Mato



Grosso do Sul, que têm sido referência na elucidação de crimes contra a vida, na apreensão de drogas, enfim. Isso tudo graças aos homens e às mulheres que colocam a própria vida em risco para defender o povo sul-mato-grossense. Eu acho que, se o governo quisesse, já teria investido, de forma mais contundente, com recurso e tecnologia, na segurança pública. Por meio de parceria entre estados e países vizinhos, poderemos solucionar, ou mitigar, o problema. Hoje nós temos uma sociedade totalmente desestruturada, as drogas têm acabado com o físico, com o psíquico, com a alma e conseqüentemente com a família, que é a base da sociedade, como já dizia o grande jurista Rui Barbosa. Os problemas sociais passam pela desestruturação da família. De fato é preciso estruturar as regiões de fronteira. São mais de mil e setecentos quilômetros de fronteira seca. A polícia tem feito um trabalho extraordinário, mas precisa melhorar. O senhor fala com muita propriedade sobre o assunto. E, como dizem, precisamos correr atrás do prejuízo. Nós precisamos correr atrás do lucro. E o lucro se chama prevenção. As crianças estão cada vez mais precoces. Eu sei de muitas histórias aqui de Campo Grande. O promotor da 27ª Vara da Infância faz relatos que nos deixam de queixo caído. Há crianças de oito anos de idade já dependentes de maconha. Aí, com quinze anos, elas já estão dependentes de cocaína. Muitas vezes matando para alimentar o vício. Temos o caso de um homem que, alucinado, matou a própria mãe para pegar dinheiro e alimentar o vício. Chega um momento em que os pais não sabem mais o que fazer. A situação não pode continuar assim. Providência precisam ser tomadas. Agradeço a Vossa Excelência o aparte. Assino com o senhor a proposta. Obrigado.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Um aparte?

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Com prazer. Nós sentimos sua falta aqui, deputado delegado Caravina. Depois quero ouvir a minha amiga deputada Lia Nogueira. Nós estamos ouvindo pontos de vista, não é? Mas a solução parece óbvia... "Do ponto de vista da mãe, todo filho é bonito". "Do ponto de vista do mar, quem balança é a praia". Agora, independentemente de pontos de vista, delegado Caravina, as opiniões apontam para a necessidade de resolução do problema. Eu sou servidor público desde o século passado, e acho que parece que não querem resolver o problema. Onde precisa investir? É óbvio. Nos locais por onde estão entrando drogas e armas. Não é no Rio de Janeiro, é no rio Paraguai.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia! Quero justificar meu atraso. Eu estava na Secretaria de Fazenda, na reunião do Grupo Minerva, que adquiriu a planta do Marfrig em Bataguassu. Mas eu quero contribuir com o debate. Quero parabenizá-lo pela explanação, pelo discurso, pelo debate, pelo tema. Vossa Excelência falou do adicional de fronteira e do concurso regionalizado. Essas são questões fundamentais. Nós sabemos que é difícil lotar profissionais na fronteira. E quando falamos de fronteira, falamos de Corumbá, Ladário, Porto Murtinho, enfim, de toda a região do Cone Sul. Inclusive, deputado Paulo Duarte, eu falei ontem com o deputado Coronel David sobre a regulamentação da polícia, a Lei Orgânica da Polícia Civil. Nós temos que entrar nessa discussão. Este é o momento de nós fazermos gestão junto ao governo para, juntos, acharmos uma forma de colocar em pauta o adicional de fronteira e o concurso regionalizado. Como o senhor disse ontem, talvez não dê mais tempo de fazer esse concurso de modo regionalizado, mas os próximos precisam ser feitos dessa maneira. Como o deputado Professor Rinaldo disse, MS é um estado fronteiro, por isso é uma porta de entrada de drogas. É importante lembrar que aqui no estado há uma grande massa carcerária oriunda de outros estados ligada ao tráfico de drogas. Mato Grosso do Sul arca com as despesas, e não recebe nenhuma ajuda do governo federal. O governador já tocou nesse assunto na reunião dos governadores em Brasília. Nós temos



que entrar nesta discussão. É preciso fazer investimentos maciços na região de fronteira, tanto na Polícia Militar quanto na Polícia Civil. Mato Grosso do Sul está arcando com as despesas dessa massa carcerária que deveria ser mantida pela União. É importante que, a partir do ano que vem, nós comecemos a trabalhar a questão da regulamentação da polícia e da fixação de profissionais na fronteira. O concurso já foi anunciado pelo governador. As provas serão feitas no primeiro semestre do ano que vem. Mas o problema só será resolvido quando ações como as propostas por Vossa Excelência forem colocadas em prática. Parabéns! Como membro da Comissão de Segurança Pública, coloço-me à disposição para tratarmos com mais firmeza do assunto. Obrigado.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Deputado Caravina, o senhor não estava aqui ainda quando eu comecei a falar do assunto, mas eu gostaria muito que o senhor e o Coronel David, especialistas na área da segurança, assinassem comigo a indicação que vou encaminhar ao governo. Estamos pedindo concursos regionalizados e adicional de fronteira... Pois não, deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, colegas parlamentares e público que nos acompanha. Eu não poderia deixar de contribuir de alguma forma para este debate. Na sessão anterior, o senhor já havia comentado sobre a questão do concurso regionalizado. Eu creio que isso é bastante pertinente. O governo do estado tem que ter sensibilidade com relação a isso. Eu atuei como repórter policial por mais de vinte anos, cobri toda aquela faixa de fronteira do Brasil com o Paraguai, o Cone Sul de modo geral. E sempre foi apontada a necessidade de colocar mais policiais na fronteira. Não desmerecendo os demais, mas o policial de fronteira é mais preparado, sabe das peculiaridades da fronteira. Mato Grosso do Sul tem o DOF, que é um modelo de integração das polícias, que é um modelo nacional, inclusive. Temos uma polícia que contribui para o aumento das apreensões. Nós temos a Delegacia da Polícia Rodoviária Federal de Dourados, que é a campeã, que é a que mais apreende drogas no Brasil. Todos os anos ela bate recorde com relação a isso. Agora, nós precisamos que a fronteira seja mais assistida. O policiamento de fronteira precisa ser repensado. É importante que os policiais de fronteira recebam esse adicional, até porque realizam um trabalho diferenciado. E a regionalização dos concursos é oportuna, e urgente. Todas as vezes que concursos são concluídos, nós que somos representantes da Grande Dourados, rotas do tráfico de drogas, recebemos de policiais aprovados no certame pedidos para permanecer em delegacias de cidades como Dourados, como Ponta Porã... Existe um déficit no efetivo. Recentemente, presidente, eu estive na Penitenciária Estadual de Segurança Máxima em Dourados, e fui informada do déficit do efetivo na Polícia Penal também. Aliás, este é outro tema que traremos a esta Casa ano que vem. Precisamos tratar da regulamentação, da reestruturação da carreira do policial penal. Nós precisamos ampliar o debate sobre a segurança pública. Precisamos fazer os concursos regionalizados, para atendermos a ponta, a fronteira. Parabéns. Conte com o meu mandato. Vamos ampliar o debate. Espero que o governo do estado, que já é sensível à causa da segurança pública, olhe com mais carinho para essa situação. Obrigada.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Obrigado, deputada. É importante que esta pauta seja abraçada por todos nós. Para finalizar, em seu nome, deputado Gerson Claro, presidente desta Casa de Leis, esta é a nossa última sessão, quero agradecer aos colegas deputados e deputadas, que me receberam no meu retorno a esta Casa este ano. Pra mim, é uma honra estar aqui nesta Casa, que fez e que faz um grande trabalho, sob a sua batuta como presidente. É uma honra, para mim, estar aqui. A vida nos coloca em caminhos que nunca pensamos seguir. Eu nunca imaginei que poderia retornar a esta Casa e ficar ao lado do cara que



me lançou neste "troço" aqui: a política. Eu faço referência ao ex-governador e agora deputado Zeca do PT, que me colocou nisso. Eu nunca imaginei que um dia estaria aqui, ao lado dele, não é?, quando começamos nossa jornada, em 1998. Eu não imaginava que me tornaria político. E Vossa Excelência teve a coragem de nomear um cara como eu, um Zé Mané, até porque eu não sou de família tradicional, nunca tive nenhuma indicação política. Mas o senhor me colocou nessa missão. Vossa Excelência que me colocou neste espaço. Quero manifestar a grande honra quem tenho de me tornar deputado e de estar aqui, ao seu lado, deputado Zeca do PT. Eu nunca imaginei que isso pudesse acontecer. Muito obrigado. Muito obrigado aos colegas deputados e às colegas deputadas pela forma carinhosa e respeitosa com que me receberam aqui. Nós fizemos muitos debates, alguns acalorados, discordamos, concordamos, mas esta é a essência da democracia. E esta é a Casa da Democracia. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para nós, é uma honra receber essa manifestação de Vossa Excelência. Na mesma linha do senhor, quero dizer que eu vim de Sidrolândia para trabalhar aqui em Campo Grande, no governo do Zeca do PT. Eu tive a oportunidade de trabalhar na Assomasul, no começo do governo Zeca. Pude participar das ações dos municípios com o governo. Aprendi muito. Eu costumava dizer que a Assomasul refletia todas as ações que aconteciam nos municípios. Então, faço minhas as palavras de Vossa Excelência. Obrigado.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Pela ordem, senhor presidente. O senhor me lembrou de uma coisa. Vou fazer uma confidência, deputado Coronel David. Quando eu fui indicado para ocupar o cargo de superintendente, o governador mal me conhecia. Isso em 1998. Foi o então deputado Amarildo Cruz que me apresentou a ele. E vocês já perceberam que meu jeito de me vestir não é muito tradicional, não é? Aí o Amarildo disse: "Ô, Zeca, este cara aqui é o Paulo Duarte. Eu quero indicá-lo para o cargo de superintendente da Administração Tributária." Ele me olhou de cima a baixo. Eu estava de tênis, de calça jeans, daquelas meio rasgadas, e de camiseta. E ele me perguntou: "É com essa roupa que você vai ser superintendente?". E eu respondi a ele: eu só tenho essa. E ele deixou que eu me vestisse daquele jeito mesmo. Assim foi o meu primeiro contato com Vossa Excelência, deputado Zeca.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Grande Expediente, com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Encerrado o Grande Expediente. Solicito que o senhor segundo-secretário proceda à verificação do quórum.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Com vinte e dois deputados presentes, há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Carlos Roberto Segatto, o Tucura, vereador do município de Rio Brillhante. Obrigado pela presença. Mais uma vez, agradeço aos colegas deputados pelo empenho, pela dedicação. Agradeço de modo especial aos colegas que compõem as comissões temáticas e às assessorias técnicas. Não seria possível termos um ano com tanta produção legislativa, com tanto debate maduro, sem a participação das equipes técnicas desta Casa. Agradeço aos servidores da Casa. Agradeço à imprensa, que, diariamente, acompanha as nossas sessões. A Assembleia



Legislativa é a voz do cidadão sul-mato-grossense. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Item 1. Em redação final. Projeto de Lei Complementar nº 017/2024. Autor: Poder Executivo. "Acrescenta e altera a redação de dispositivos da Lei Complementar nº 114, de 19 de dezembro de 2005, nos termos que especifica, para fins de reestruturar o concurso público no âmbito na Polícia Civil, dividindo-o em duas etapas." A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Enquanto os colegas votam, quero dar conhecimento à Mesa e à Casa que daqui a pouco vou sair em viagem. Hoje, às 16 horas, teremos uma grande reunião no assentamento Tupã Baê, no município de Miranda. Hoje, teremos atividades no final da tarde e também de noite com o prefeito eleito da cidade, o nosso querido Fábio. E amanhã cedo vou a Corumbá e a Ladário, conversar junto com o colega Paulo Duarte com o prefeito eleito de Corumbá, doutor Gabriel. E no sábado nós estaremos no assentamento Tamarineiro para o lançamento do Projeto Escola da Família Agrícola de Corumbá. Vamos conversar com o Incra, o MDA, a Agraer e os assentados de Corumbá. E vamos retornar no sábado depois do almoço. E na segunda-feira nós vamos a Paranaíba, também com a Agraer, o Incra e o MDA para dialogarmos com os assentados lá. E na terça-feira vamos ao assentamento São Joaquim, em Selvíria, para dialogar com os assentados sobre o projeto que vai chegar no começo do ano, criando o Programa de Garantia dos Produtos da Agricultura Familiar. Isso é compromisso do governo. E também vamos falar com os assentados sobre o programa que pretendemos lançar juntos com o governo do estado, o Fundo de Apoio para Financiamentos da Agricultura Familiar. Então, eu não vou à praia, não vou passear, vou aos assentamentos e às comunidades indígenas, a fim de construir o nosso projeto de emancipação de vida e de geração de renda às famílias assentadas da agricultura familiar. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.

Projeto de Lei nº 017/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.



DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 2. Em redação final. Projeto de Lei Complementar nº 015/2024. Autor: Poder Executivo. "Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 87, de 31 de janeiro



de 2000, que dispõe sobre o Estatuto dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências." A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 015/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.



DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 3. Em redação final. Projeto de Lei nº 158/2024. Autor: deputado Caravina. "Dispõe sobre a obrigação de previsão de acostamento de vias na elaboração e na contratação de projetos de engenharia para execução de novas obras de pavimentação asfáltica nas rodovias estaduais." A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 158/2024, de autoria do deputado Caravina.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.



DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 4. Em redação final. Projeto de Lei nº 207/2023. Autor: deputado Roberto Hashioka. "Dispõe sobre ações e instrumentos para resolução de conflitos nas escolas estaduais de Mato Grosso do Sul." A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Declaração de voto. Este projeto dispõe sobre ações e instrumentos para resolução de conflitos nas escolas estaduais de Mato Grosso do Sul, sobre a busca de solução pacífica e harmoniosa para os conflitos oriundos



das relações interpessoais, sobre as diferenças sociais, econômicas, políticas, religiosas e sexuais sobre a melhoria da comunicação entre os envolvidos.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Agradeço. Em votação.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.



SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 5. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 272/2024. Autor: Poder Executivo. "Reorganiza o Fundo de Investimentos Sociais (FIS), instituído pela Lei nº 2.105, de 30 de maio de 2000, e dá outras providências." A Comissão de Segurança Pública e de Seguridade Social emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Coronel David. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Lidio Lopes. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 272/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.



DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) —Aprovado. Vai ao Expediente.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, eu não seria justo comigo mesmo, se eu não agradecesse ao deputado Paulo Duarte, carinhoso como sempre, amigo, fraterno, pelo reconhecimento e pela lembrança de momentos importantes que vivemos durante o período em que encaramos o desafio de governar Mato Grosso do Sul. O Paulo Duarte foi uma das mais importantes figuras da Secretaria de Fazenda no meu governo. E tive também o Pedro Kemp, essa figura querida, como secretário de Educação. E pude contar com a experiência, com o apoio e a articulação dos queridos deputados Londres Machado e Paulo Corrêa, que nos ajudaram substancialmente a construir as bases do processo de desenvolvimento que o nosso estado vive hoje. Eu retribuo, portanto, com muito carinho, as palavras de Vossa Excelência e do Paulo Duarte com relação à minha humilde figura. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 6. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 086/2022. Autor: deputado Antonio Vaz. "Dispõe sobre a autorização para disponibilização de exemplares da Bíblia Sagrada nas unidades de ensino do estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. A Comissão de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Lidio Lopes. Em discussão...



DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Para discutir, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Eu tenho quantos minutos?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Dez minutos.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente e demais colegas, este projeto de lei é muito importante, até porque hoje não existe mais a disciplina Ensino Religioso. Antes da mudança da LDB, nós juntávamos todas as disciplinas para completarmos a carga horária. Hoje, para dar aula, por exemplo, de história, o professor tem que ser formado em História; para dar aula de matemática, ele tem que ser formado em Matemática, e assim por diante. Mas, na época, entre outras disciplinas, trabalhei Ensino Religioso. E eu nunca tive nenhum problema em sala de aula, sempre trabalhei respeitando a individualidade de cada um. Quando a gente fala do amor de Deus, da palavra de Deus, no prisma do amor, do respeito ao próximo, a gente acaba tendo um bom relacionamento com todas as religiões. Este projeto não é obrigatório, ele é autorizativo. Acho importante que professores e alunos tenham acesso à Bíblia. Lógico que hoje todos têm um smartphone à mão e podem acessar a Bíblia. Mas eu vejo com bons olhos este projeto. Ele não esbarra na questão do Estado laico. O apóstolo Paulo, deputado Pedro Kemp, Vossa Excelência que fez Teologia sabe, diz: "Não me envergonho do Evangelho, porque é o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê: primeiro do judeu, depois do grego." E o apóstolo João diz: "Examinais as Escrituras, porque vós cuidais ter nelas a vida eterna, e são elas que de mim testificam." Estou falando do ponto de vista espiritual. No Brasil, 80% da população é cristã. Mas eu não quero me pautar apenas nos apóstolos. Rui Barbosa foi considerado um dos brasileiros mais inteligentes que já pisaram aqui neste chão, e certo dia perguntaram a ele: "Em que lugar da sua biblioteca você colocaria a Bíblia?". E ele respondeu: "Se eu a coloco abaixo de todos os livros, ela é a que mantém todos eles, se eu a coloco no meio dos outros livros, ela é a coração desses livros, e se eu a coloco em cima dos outros livros, ela é a cabeça e autoridade de todos os livros em minha biblioteca". Ou seja, independentemente da fé de cada um, o Livro Sagrado é o livro de todos os livros. Ele tem resposta para tudo. Do Pentateuco ao Apocalipse são sessenta e seis livros escritos por homens diferentes, em épocas diferentes, em lugares diferentes. O Livro Sagrado ratifica tudo o que está acontecendo hoje. Portanto, eu fiz questão de fazer este debate aqui para homenagear o livro de todos os livros e para cumprimentar o meu colega deputado pela iniciativa. Voto sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Para discutir.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu vou votar favorável por se tratar de um projeto autorizativo. Ou seja, ele não obriga as escolas a disponibilizarem exemplares da Bíblia nas bibliotecas. Se ele obrigasse, nós teríamos um problema de constitucionalidade, porque implicaria despesa para o Executivo. E o Estado é laico. Logo, não podemos obrigar que um livro considerado sagrado por uma determinada religião seja de uso obrigatório. Nós teríamos que abrir a porta para



todas as crenças, para todas as religiões. Como se trata de um projeto autorizativo, caso ele seja aprovado, obedecê-lo-á apenas quem quiser. Ele não está impondo nada. Eu sou católico, fiz Teologia, mas esta é a minha crença, a minha fé. Eu não posso impô-la a todos, não posso obrigar que todos sigam a minha religião e processem a minha fé. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Senhor presidente, o projeto é autorizativo, mas ele está autorizando a disponibilização do símbolo de uma única religião. Isso me traz uma preocupação, sobretudo no momento em que vivemos, com tanta migração de pessoas, de diferentes religiões, as quais estão se matriculando em nossas escolas. Eu, na condição de professora, recebi alunos judeus, muçulmanos, indígenas; inclusive há professores que frequentam as religiões de matriz africanas. E muitas pessoas não se sentem à vontade num espaço conduzido por uma única religião. A gente sempre discute isso na educação. Este ano, inclusive, eu fiz uma audiência pública na qual discutimos a intolerância religiosa e o racismo religioso. Nós temos acompanhado casos de incêndios e de ataques criminosos a templos indígenas e a templos de religiões de matriz africana. Isso ocorre muito em Dourados, em Bela Vista, enfim. Então, há muitos ataques registrados. Preocupa-me, portanto, a possibilidade de a escola privilegiar uma determinada religião. Eu também sou católica, tenho a compreensão de que a Bíblia é um livro histórico. Mas como o projeto autoriza a disponibilização do livro de uma única religião, ele acaba induzindo a escola e os espaços públicos a uma única religião. Eu fico preocupada com a violência que estamos enfrentando no sul do estado ligada ao racismo religioso. O Estado laico não nega as religiões, pelo contrário, ele as inclui. Eu vou emitir voto contrário ao projeto, para fortalecer o Estado laico e garantir harmonia entre todas as religiões. Obrigada.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Para discutir, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Apenas para fazer uma ressalva. Este projeto, no mérito, é louvável. Mas quero fazer uma discussão técnica. O projeto pode ser vetado pelo Executivo por ser autorizativo. Legalmente, tecnicamente, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação não poderia deixar um projeto autorizativo chegar ao plenário. O Supremo Tribunal Federal já considerou inconstitucional projetos autorizativos. Não se pode autorizar um Ente a autorizar aquilo que é de competência dele. Isso torna, de certo modo, o projeto inócuo, porque o Ente só vai executar e autorizar se ele quiser. Ou seja, na prática, ele já detém a autorização para realizar tal ato. Mas é interessante o projeto, porque ele promove a política pública. Mas eu quero fazer esse registro técnico, para que nós não tenhamos o mérito frustrado por um eventual veto do Poder Executivo. Mas espero ver a proposta implementada, presidente. Voto favorável.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Para discutir.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para discutir, o autor, deputado Antonio Vaz.



DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — O STF aprovou, esses dias, a questão do símbolo católico nas repartições públicas. Ora, se o Estado é laico, não deveria ter símbolo, imagem e escultura em suas repartições. Os evangélicos não acreditam em imagem, não adora imagem. Então, não tem nada a ver a discussão que alguns fazem aqui, não é? Estão dizendo que o Estado é laico. Mas algumas coisas são aprovadas, outras não. Permitem algumas coisas, outras não permitem. Aliás, um tempo atrás eles andaram fazendo coisas piores com símbolos católicos. Um projeto meu que tratava do assunto, inclusive, foi arquivado. Agora, abre-se a discussão, e certas coisas podem, certas coisas não podem... O projeto é autorizativo. O Executivo sempre apresenta projetos autorizativos, e nós votamos de modo favorável. Então, essa conversa de projeto autorizativo eu já ouvi muitas vezes, em vários lugares e estados. A Bíblia é mais do que um livro religioso, ela é parte importante da história e da cultura mundial. E outra, como sabemos, 80% da população brasileira é cristã. "Ah, não, o Estado é laico". Ora, a maioria é cristã. Os católicos e os evangélicos são a maioria. E nós não estamos aqui desrespeitando a minoria, que é 20% da população. Nós respeitamos as religiões espíritas e as de matriz africana. Nós temos que respeitar todas as religiões. Podemos não concordar com uma ou outra, mas temos de respeitar todas elas. Isso é harmonia. Isso é muito importante. E o projeto também não está proibindo que as escolas disponibilizem outros tipos de livro. A Bíblia, além de ter o poder de mudar a vida das pessoas, tem resposta para tudo. Se as crianças fossem criadas lendo a Bíblia, com certeza as escolas hoje estariam muito melhores, não seriam essa podridão. Muitos não concordam que as salas de aula sejam filmadas e tal. Por quê?... Nós sabemos muito bem o que eles querem. Aliás, nós temos outro projeto aí, o qual vamos discutir melhor em outra ocasião. Nosso projeto visa atender apenas as crianças que querem ler a Bíblia. Se a criança estiver triste e quiser ler a Bíblia, ela poderá ir à biblioteca e ler. Ninguém será obrigado a nada. Aliás, eu conheço pessoas de outras religiões que leem a Bíblia. A nossa intenção é ajudar. E outra, a Bíblia é milenar, é histórica. Se a professora quiser ler a Bíblia em sala, isso vai ajudar no aprendizado dos alunos. A leitura da Bíblia poderá, inclusive, fazer com que os alunos respeitem mais os professores. Hoje, no Brasil, nós estamos vendo casos e casos de alunos que não respeitam, que maltratam seus professores. Mas eu tenho certeza de que a pessoa que lê o Livro Sagrado, que absorve os ensinamentos do nosso Senhor Jesus Cristo, não vai querer bater no professor, não vai querer agredir ninguém, pelo contrário, ela vai respeitar o professor. Porque a Bíblia nos ensina a amar as pessoas, independentemente de sua religião. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a discussão. Em votação...

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Declaração de voto, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar seu voto, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Meu voto continua contrário, ainda mais depois de ouvir a última manifestação, em que o deputado acusa os professores (achei bastante grave a acusação) dizendo que eles são os responsáveis pela podridão nas escolas e por dizer que a Bíblia seria a grande salvação contra as violências. Quero lembrar que há vários crimes dentro das igrejas, essas instituições que, inclusive, são responsáveis pela leitura da Bíblia. Há vários casos de pedofilia e de vários outros crimes envolvendo religiosos. Então, eu acho que temos que fazer um debate sério sobre isso. O debate não deve ser feito dessa forma, em tom de acusação. Repito. Eu respeito todas as religiões, respeito as religiões cristãs, sou cristã. Mas defendo que a Bíblia



seja lida dentro do espaço certo. E a religião não pode interferir no processo educacional. Registro mais uma vez meu voto contrário e reafirmo que o Estado é laico e por isso tem que dar liberdade a todas as religiões. Aqui no estado de Mato Grosso do Sul, estamos vendo um modelo de sociedade em que uma religião está se impondo sobre as outras. Temos visto a queima das casas de reza, ataques aos templos religiosos, violências. Acho que nós temos que discutir também as violências que se passam também por esse processo religioso. Meu voto é não. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputada, ninguém disse que todos os professores são responsáveis pela podridão...

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Eu não disse isso. Isso é mentira...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, por gentileza... Aliás, nas igrejas também existem coisas erradas. É importante saber separar as coisas. Se a gente começa a generalizar, o debate fica empobrecido. Esta é a Casa da Democracia. Precisamos debater de modo democrático e buscar a solução dos problemas. Vamos fazer a exposição daquilo que de fato foi dito.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Declaração de voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar seu voto, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — De maneira nenhuma eu disse que os professores são os culpados ou são a podridão das escolas. Jamais. Os professores são muito importantes. Eu disse que através da leitura da Bíblia Sagrada os alunos iriam respeitar mais os professores. Nós temos visto no Brasil todo esse desrespeito aos professores. Claro que não estou falando de todos os alunos. Os professores desempenham um papel fundamental, por isso são merecedores de todo o nosso respeito. Jamais eu falei contra os professores. E outra, ela ofendeu aqui a nossa igreja, dizendo que toda a podridão está nas igrejas, falou de pedofilia e muito mais. Eu sou pastor, e digo que ela está ofendendo a minha pessoa. Agora, sim, algumas igrejas têm seus problemas. Em todos os lugares há gente que presta e gente que não presta. Isso acontece na Direita e na Esquerda. Mas há muita coisa podre na escola. A Esquerda tem feito muita coisa podre na escola, que nós aceitamos, ficamos calados. Eles colocam na cabeça de criança de oito anos de idade o socialismo...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputado...

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — ... O socialismo, que não leva a nada. Este país está desse jeito por causa disso.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Isso não é verdade. Aí já vai virar um debate sobre Esquerda e Direita.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Na realidade, nós não estamos em debate, é declaração de voto.



DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Vocês que entraram nessa situação. Não fui eu que provoquei...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — E tem evangélico pondo fogo na casa de índios...

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Há problemas em todos os lugares...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Isso é crime...

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Eu não estou dizendo que não tem...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Então é melhor não fazer esse debate, porque há podridão em um monte de lugar...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Senhores deputados, nós não estamos em debate. Nós estávamos indo num alto nível. Vamos tentar manter assim. Em votação.

Projeto de Lei nº 086/2022, de autoria do deputado Antonio Vaz.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Não.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.



DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Abstenção.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezoito votos favoráveis, um voto contrário e uma abstenção.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 7. Em discussão única. Dois requerimentos; vinte e seis indicações; vinte moções de aplauso; quatro moções de congratulação, incluindo a moção do deputado Coronel Davi, a pedido. Em votação. Não havendo oposição, dou-os por aprovados. Item 8. Moção de pesar. Proposta pelo deputado Renato Câmara, em razão do falecimento da senhora Antônia Salvadora Staut. Proposta pelo deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do senhor João Francisco Chacarosqui. Proposta pelo deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do senhor Maçanori Odashiro. Em discussão. Não havendo oposição, dou-as por aprovadas. Vão ao Expediente. Senhores deputados, nós não encerramos ainda. E nós temos que votar a ata desta Sessão ainda hoje.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Lucas de Lima.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Eu quero pedir destaque da moção de aplauso que fiz hoje para a jovem estudante campo-grandense Malu Araújo Azevedo, por seu destaque na Olimpíada Nacional da Eficiência Energética no ano de 2024 (Onee). A olimpíada é uma iniciativa da Agência Nacional de Energia Elétrica que visa promover práticas de consumo



consciente da energia entre estudantes do 8º e 9º ano do ensino fundamental das redes pública e privada. A Malu foi a vencedora entre quase duzentos e sessenta mil inscritos. Presidente, eu também quero destacar o último projeto que estou apresentando este ano, um projeto do "Dezembro Verde", relativo à causa animal. Ele dispõe sobre a proibição de acorrentamento de cães e gatos no estado de Mato Grosso do Sul. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Não há mais oradores inscritos... Passemos à leitura da ata desta Sessão. Com a palavra, o senhor segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — *"Ata da Centésima Décima Quarta Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e cinquenta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária.*

PEQUENO EXPEDIENTE - *Lida e aprovada a Ata Cento e Trinta e Cinco da Centésima Décima Terceira Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 333/2024, do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 72/2024, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 1.0740 e 1.0741/2024, da Caixa Econômica Federal.*

SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE - *Usaram da palavra os deputados Gerson Claro e Antonio Vaz. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Lia Nogueira, Caravina, Gleice Jane e João Henrique.*

GRANDE EXPEDIENTE - *Usou da palavra o deputado Paulo Duarte.*

ORDEM DO DIA - *Foram aprovadas, em redação final e votação nominal, as seguintes proposições: Projetos de Lei Complementar nºs 15 e 17/2024, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 158/2024, de autoria do deputado Caravina; Projeto de Lei nº 207/2023, de autoria do deputado Roberto Hashioka. Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 272/24, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 86/2022, de autoria do deputado Antonio Vaz. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimentos de moções de pesar, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçadas aos familiares de Antônia Salvadora Staut, João Francisco Chacarosqui e Maçanori Odashiro; requerimento de moção de aplauso, de autoria do deputado Zé Teixeira, endereçada à jovem campo-grandense Betina Bernart Ribas, por seu destaque no cenário do hipismo estadual, tendo conquistado o título de campeã do estado de Mato Grosso do Sul neste ano, na categoria 0,80 centímetros, consolidando-se como uma das promessas do esporte na região; requerimentos de moções de aplauso, de autoria do deputado João Henrique, endereçadas a dezoito servidores da Santa Casa de Campo Grande, pelos serviços prestados; requerimento de moção de aplauso, de autoria do deputado Lucas de Lima, endereçada à jovem campo-grandense Malu Araújo Azevedo, por seu destaque na Olimpíada Nacional de Eficiência Energética (Onee) no ano de 2024; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Zeca do PT, endereçada ao atleta sul-mato-grossense Matheus Martins Silva dos Santos, jogador profissional de futebol, que atua pelo Botafogo de Futebol e Regatas, do Rio de Janeiro; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Professor Rinaldo, pelos quarenta anos da Igreja Batista*



*Imperial em Células; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Neno Razuk, endereçada ao capitão André Luiz Leonel, chefe de Operações e Planejamento Estratégico da Polícia Militar Ambiental do Estado de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Duarte, endereçada ao diretor-presidente do Banco BMX, senhor Marcelo Ricardo Cordeiro da Rocha; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada ao Grupo São Lourenço, representado pelo senhor Geraldo de Souza Carvalho Junior, pelas premiações recebidas no Nelore Fest 2024; requerimentos de informações, de autoria dos deputados Renato Câmara e Zeca do PT; indicações, de autoria dos deputados Renato Câmara, Gleice Jane, Lia Nogueira, Caravina, Neno Razuk, Zé Teixeira, Junior Mochi, Antonio Vaz, Lucas de Lima, Paulo Duarte, Zeca do PT e Pedro Kemp. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, doze de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro." Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Registramos e agradecemos a presença do senhor Jefferson Lopes, o Jefinho, vereador de Itaquiraí; e do senhor Valdiney Rubert, vereador do município de Itaquiraí. Sejam bem-vindos! Convoco os senhores deputados para o nosso compromisso às 12 horas. Nada mais havendo a tratar, esta presidência vai declarar encerrada a presente Sessão Ordinária. Está encerrada a presente Sessão (11h08min).